



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

Aos 30 dias do mês de março de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1.ª parte

Audição do Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (requerimento do PS)

#### 2.ª parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 20/XIII/1.ª e 21/XIII/1.ª, relativas às reuniões de 16 e 17 de março de 2016

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição de alguns responsáveis políticos e de gestão de entidades públicas e privadas intervenientes no último processo de privatização da TAP

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo CDS-PP para audição da Associação de Hotelaria de Portugal, na sequência da extinção da Estrutura de Missão da Estratégia Integrada de Belém

4. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 90/XIII/1.ª (PCP) – Assistência em escala em Portugal: combater a precariedade, promover a segurança, a qualidade e a fiabilidade do transporte aéreo

5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 187/XIII/1.ª (PCP) – Pela intervenção urgente na recuperação da Estrada Nacional 4

6. Apreciação e votação do parecer sobre Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento de gás e que revoga o Regulamento (UE) n.º 994/2010, [COM(2016)52] + SWD(2016)25] e [SWD(2016)26]



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

– Relator: Deputado Cristóvão Norte (PSD)

7. Apreciação e votação do parecer sobre o cartão verde proposto pela Assembleia Nacional Francesa relativo à responsabilidade social das empresas na União Europeia

– Relator: Deputado António Costa Silva (PSD)

8. Nova apreciação, pela Comissão, dos Projetos de Lei n.º 30/XIII/1.ª (PCP) – “Altera a Lei das Comunicações Eletrónicas. Estabelece limites à oneração dos utentes pela resolução de contrato no período de fidelização (12.ª alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro)” e 32/XIII/1.ª (BE) – “Reforça a proteção dos clientes de serviços de Comunicações Eletrónicas nos contratos de fidelização”

9. Outros assuntos

---

#### 1.ª parte

#### **Audição do Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (requerimento do PS)**

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente deu as boas-vindas ao Prof. Doutor João Bilhim, Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), que usou da palavra de imediato, para uma intervenção inicial.

Na primeira ronda de perguntas usaram da palavra os Senhores Deputados Luís Moreira Testa (PS), António Costa Silva (PSD), Heitor de Sousa (BE), Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo o Presidente da CReSAP respondido individualmente aos Senhores Deputados.

Na segunda ronda foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados António Costa Silva (PSD), Carlos Pereira (PS), Ascenso Simões (PS),



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

Heitor de Sousa (BE), Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), os quais foram prestados, em resposta conjunta, pelo Presidente da CReSAP.

A audição foi objeto de [gravação](#) vídeo, a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão.

#### **2.ª parte**

#### **1. Apreciação e votação das atas n.ºs 20/XIII/1.ª e 21/XIII/1.ª, relativas às reuniões de 16 e 17 de março de 2016**

Submetidas a votação, as atas n.ºs 20/XIII/1.ª e 21/XIII/1.ª, relativas às reuniões de 16 e 17 de março de 2016, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

#### **2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo BE para audição de alguns responsáveis políticos e de gestão de entidades públicas e privadas intervenientes no último processo de privatização da TAP**

De seguida, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) usou da palavra para apresentar o requerimento em epígrafe, tendo lembrado o requerimento apresentado pelo PSD aprovado na reunião anterior sobre a mesma matéria e a discussão do mesmo, no decurso da qual tinha anunciado a apresentação deste requerimento para ouvir um conjunto de responsáveis políticos e técnicos relativamente ao último processo de privatização da TAP.

Usaram da palavra os Senhores Luís Leite Ramos (PSD), para relembrar o objetivo do requerimento apresentado pelo PSD na reunião anterior, para sugerir que a audição do ex-Ministro da Economia e do ex-Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações fosse realizada em conjunto, e para deixar uma reserva no sentido de, em função das audições que resultarem deste requerimento, o PSD poder propor audição de outras entidades, tendo concluído a informar que o PSD iria votar a favor do requerimento; Luís Moreira Testa (PS), para informar que o PS ia



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

votar a favor do requerimento, por entender que o mesmo ia ao encontro do que o PS tinha afirmado na reunião anterior, aquando da discussão do requerimento apresentado pelo PSD; Pedro Mota Soares (CDS-PP9, para informar que o CDS-PP não se opunha à audição de quaisquer das pessoas referidas e concordar também com a possível necessidade de, no decurso das audições, ouvir ainda outras entidades; Bruno Dias (PCP), para afirmar que o PCP concordava com a abordagem de um debate de que devia ser feito essencialmente em torno do processo de privatização da TAP e das implicações das opções políticas seguidas em relação à companhia, concordava com os nomes propostos e que o procedimento sobre as audições deveria ser tratado em reunião de Mesa e Coordenadores, para concluir que o PCP também não dava este processo por concluído e que se deviam tirar conclusões para o futuro, tratando-se de um assunto em que a Assembleia da República não deveria ficar à espera dos acontecimentos; e Ascenso Simões (PS), para lembrar o requerimento apresentado pelo PS na anterior Legislatura, sobre esta matéria, em dezembro de 2012, e as audições então realizadas.

Finalmente, tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), para esclarecer que para o BE não é despidendo o facto de se propor a realização das audições do ex-Ministro da Economia e do ex-Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações em separado, já a audição dos Srs. David Neeleman e Humberto Pedrosa, por serem representantes da mesma entidade, deveria ser conjunta.

Submetido o requerimento a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

### **3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo CDS-PP para audição da Associação de Hotelaria de Portugal, na sequência da extinção da Estrutura de Missão da Estratégia Integrada de Belém**

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) apresentou o requerimento lembrando as competências da Comissão no acompanhamento das matérias do turismo e frisando a importância de ouvir, no Grupo de Trabalho de Turismo, a



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

Associação da Hotelaria de Portugal, na sequência de um conjunto de decisões do Governo que, segundo esta entidade, implicam um risco de estagnação do desenvolvimento turístico de uma parte significativa da cidade de Lisboa.

Usou da palavra o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), para concordar com o requerimento e defender a necessidade de audição também do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre este tema.

Submetido o requerimento a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

#### **4. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 90/XIII/1.ª (PCP) – Assistência em escala em Portugal: combater a precariedade, promover a segurança, a qualidade e a fiabilidade do transporte aéreo**

Não tendo havido sugestões de alteração do conteúdo da informação, o Senhor Presidente informou que a mesma seria enviada à Mesa da Assembleia da República, para que o respetivo projeto de resolução pudesse ser votado no período de votações regimentais agendado para o dia seguinte.

#### **5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 187/XIII/1.ª (PCP) – Pela intervenção urgente na recuperação da Estrada Nacional 4**

Usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para apresentar o projeto de resolução em epígrafe, referindo a importância da EN4 na ligação da área metropolitana de Lisboa ao Alentejo e à fronteira com Espanha, para o abastecimento de mercadorias à área de Lisboa, para além das deslocações locais e regionais das próprias populações. Afirmou que a EN4 se encontrava numa situação inaceitável e que, apesar da alternativa, a A6, que é portajada, continuava a ser um eixo fundamental. Fez referência à situação grave que esta via apresenta em termos de segurança rodoviária e defendeu que a Assembleia da República devia tomar uma posição que reforçasse o que já tinha sido adiantado pelo atual Governo, em termos



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

de objetivos para esta via, que era avançar, no prazo de cerca de um ano, com o arranque do processo. Lembrou ainda a exigência especial que o trânsito de tratores coloca em relação a esta via, tanto do ponto de vista da sua resistência como da sua capacidade de transitabilidade. Concluiu, referindo a urgência de uma resposta concreta de vontade política de avançar com a intervenção nesta estrada.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados António Costa Silva (PSD), Heitor de Sousa (BE), Luís Moreira Testa (PS) e Pedro Mota Soares (CDS-PP).

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) expressou concordância com a emergência da intervenção nesta estrada e lembrou que se tratava, em concreto, de um troço de 30 km, de uma estrada que era muito importante para o país. Concluiu, referindo que nos últimos anos tinha sido feito um conjunto de intervenções muito ligeiras que não tinham resolvido o problema.

Por sua vez, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) manifestou concordância com o projeto de resolução e afirmou que o tipo de intervenção que era necessário era mais profundo do que um simples reparação de manutenção, era uma reabilitação integral da estrada em toda a sua extensão. Afirmou ainda que para esta situação contribuiu o facto de a fusão da REFER com a Estradas de Portugal ter criado mais problemas do que sinergias, causados pelo facto de uma mesma entidade promover intervenções nas redes rodoviária e ferroviária em simultâneo, com um orçamento limitado.

O Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) afirmou que a EN4 apresentava um estado de degradação muito acelerado, tendo sofrido muito poucas intervenções de beneficiação e conservação. Considerou importante que o Estado pudesse perceber que esta via não contribuía só para a deslocação das pessoas entre as suas comunidades mas também, de modo significativo, para o ambiente económico e a competitividade nacional. Concluiu considerando imperativo que estes equipamentos não ficassem esquecidos no tempo.

Finalmente, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) reafirmou a importância fundamental desta via de comunicação do ponto de vista económico e lembrou que a



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

sua alternativa era portajada e não servia todos os utilizadores da EN4. Referiu ainda que não devia ser esquecido que a então Estradas de Portugal já tinha previsto um conjunto de intervenções nesta via.

Encerrou a discussão o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), afirmando que o PCP registava como muito positiva a unanimidade observada em torno da sua proposta para uma resposta urgente a este problema grave que estava a ser sentido por todos os que usavam aquela estrada, muitas vezes até com perigo para a segurança rodoviária, tendo sublinhado a valorização do acordo dos Deputados a este propósito. Concluiu considerando que o contributo fundamental que as autarquias locais, os agricultores e trabalhadores do setor rodoviário que utilizam aquela estrada deram ao levantar a voz para alertar para este problema tinha valido a pena.

#### **6. Apreciação e votação do parecer sobre Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento de gás e que revoga o Regulamento (UE) n.º 994/2010, [COM(2016)52] + SWD(2016)25] e [SWD(2016)26]**

**– Relator: Deputado Cristóvão Norte (PSD)**

De seguida, o Senhor Deputado Cristóvão Norte (PSD) apresentou, de forma sucinta, ao parecer sobre a iniciativa europeia em epígrafe.

Usou da palavra o Senhor Deputado Hugo Costa (PS), para cumprimentar o relator e afirmar que o PS concordava com a importância do tema e votaria a favor do parecer.

Submetido o parecer a votação, foi o mesmo aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP e votos contra do PCP.

#### **7. Apreciação e votação do parecer sobre o cartão verde proposto pela Assembleia Nacional Francesa relativo à responsabilidade social das empresas na União Europeia**

**– Relator: Deputado António Costa Silva (PSD)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) apresentou o relatório de forma circunstanciada, tendo dado especial relevo ao parecer final.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) cumprimentou o relator, realçando o trabalho de recolha de informação sobre a matéria que fez, mas considerou que o relatório era inconsequente, porque a análise que era feita sugeriria medidas de natureza política propostas à União Europeia que não constam da proposta da Assembleia Nacional francesa e que se justificariam para que a responsabilidade social das empresas fosse realmente um instrumento separador de águas entre as empresas que vivem à custa da sobre-exploração dos seus trabalhadores e aquelas que têm uma responsabilidade social. Defendeu que a legislação deveria acolher uma forma de benefício em relação às empresas que respeitam os direitos humanos ou penalização em relação às que não os respeitam. Questionou se fazia sentido que, por exemplo, uma empresa se candidatasse a fundos europeus quando não respeitava os direitos laborais, quando 90% dos seus recursos humanos eram precários. Concluiu, considerando que o parecer ficava muito aquém do que poderia propor, pelo que o BE votaria contra.

Por sua vez, o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS), após cumprimentar o relator, considerou imperioso que se pudesse abordar esta temática com mais eficácia e que se deveria ser mais ambicioso. Afirmou acompanhar as preocupações vertidas no relatório e desejou que o mesmo constituísse um primeiro passo para se olhar de forma mais convicta e firme para o futuro nesta área. Concluiu, afirmando que a ambição dos povos da Europa não se podia limitar às suas fronteiras e que era necessário que essa ambição se refletisse em passos futuros.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) começou por referir o poder económico das grandes empresas da Europa que ditam a precarização e a exploração dos trabalhadores portugueses, contrapondo-o ao poder político dos mesmos países da Europa a fazer declarações de intenções sobre a responsabilidade social das empresas, tendo feito referência à atuação da Vinci em relação aos trabalhadores da Portway. Defendeu que o que era necessário não era uma declaração de intenções ou





## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

uma lista de desejos mas sim legislação e ação concreta, a começar pelos Estados, havendo responsabilidade concreta do poder político democrático para com a população perante a qual ele responde. Concluiu, afirmando que o PCP apontava o dedo à hipocrisia de uma política promotora da desigualdade e da pobreza ao mesmo tempo que apresentava declarações de boas intenções.

Encerrou a discussão o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD), para reiterar que o que estava em causa era a prática das empresas europeias, sobretudo multinacionais, quer na Europa quer fora dela. Lembrou o livro verde apresentado sobre esta matéria e que a proposta que tinha sido apresentada era a de adoção de medidas muito duras a aplicar às empresas não cumpridoras e, defendeu, essas medidas deviam ser objeto de legislação a nível europeu. Concluiu, reiterando que o parecer que era dado à Comissão de Assuntos Europeus era suficientemente abrangente para não amarrar nenhum partido na decisão final.

Submetido o parecer a votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e votos contra do BE e do PCP.

- 8. Nova apreciação, pela Comissão, dos Projetos de Lei n.º 30/XIII/1.ª (PCP) – “Altera a Lei das Comunicações Eletrónicas. Estabelece limites à oneração dos utentes pela resolução de contrato no período de fidelização (12.ª alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro)” e 32/XIII/1.ª (BE) – “Reforça a proteção dos clientes de serviços de Comunicações Eletrónicas nos contratos de fidelização”**

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte.

### **9. Outros assuntos**

O Senhor Presidente lembrou que tinha chegado à Comissão a redação final do Projeto de Resolução n.º 72/XIII. Não tendo havido oposição, foi fixada a redação final, sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente.



**COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

**ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL**

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 de abril de 2016.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 22/XIII/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva  
António Eusébio  
Bruno Dias  
Carlos Pereira  
Cristóvão Norte  
Emídio Guerreiro  
Fernando Jesus  
Fernando Virgílio Macedo  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Hortense Martins  
Hugo Costa  
João Paulo Rebelo  
Joel Sá  
Luís Campos Ferreira  
Luís Leite Ramos  
Luís Moreira Testa  
Paulino Ascensão  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Coimbra  
Pedro Mota Soares  
Ricardo Bexiga  
António Cardoso  
António Topa  
Ascenso Simões  
Cecília Meireles  
Fátima Ramos  
João Paulo Correia

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: